

Valor

# Especial Transparência contábil

Altos investimentos em tecnologia são necessários para fazer a adaptação

---

## Sumário

Visão integrada

Normas ganharam força após sucessivas megafraudes

Clareza facilita a tomada de decisão

Negócios e transações precisam ser bem esclarecidos

Conhecimento é requisito para informação precisa

IFRS 9 vai mudar o cálculo de provisões

Discussão para formular a regra já dura cinco anos

Nova regra global vai vigorar em 2017

Ativos do setor de energia preocupam

Operação de hedge ainda é motivo de controvérsia

Estruturas impõem alto investimento

Universidades atualizam conteúdo

PMEs têm dificuldade para fazer adaptação

Biblioteca

Adoção reduz o custo de capital e traz visibilidade

26/09/2014 - 05:00

## Visão integrada

Por **Eduardo Belo**



*Marta Pelucio, professora do Mackenzie: "Empresas maiores, mesmo as que não possuem capital aberto, saíram beneficiadas, principalmente as multinacionais, porque agora conseguem escriturar na mesma linguagem da matriz"*

Redução do custo de capital, valorização da profissão e da área de contabilidade, mais transparência e maior integração entre diferentes áreas da empresa são os maiores benefícios colhidos pelas companhias desde a adoção efetiva, em 2010, da norma contábil internacional IFRS. Especialistas consultados pelo **Valor** acreditam que os benefícios ainda não estão totalmente em vigor, mas que as empresas já começam a perceber seus efeitos, principalmente nas relações com investidores e com outras empresas de fora do país.

"Empresas maiores, mesmo as que não possuem capital aberto, saíram beneficiadas, principalmente as multinacionais, porque agora conseguem escriturar na mesma linguagem da matriz", comenta Marta Pelucio, professora do Mackenzie e sócia da Praesum Contabilidade Internacional. "Para o investidor, ficou mais fácil entender como ele vai escriturar suas operações no país e como vai poder retirar seus dividendos."

"Do ponto de vista prático, a consequência mais palpável é que a contabilidade não fica mais restrita ao setor de contabilidade", explica Ricardo Julio Rodil, sócio da Baker Tilly Brasil. "O contador, que vivia isolado, pegando as normas e fazendo débito e crédito, agora tem que conversar com vários setores da empresa." De acordo com Marta Pelucio, cresce a responsabilidade do departamento jurídico e da alta administração no momento em que a escrituração de operações e ativos passa a ser avaliada sobre critérios de atualidade e valor real.

"O contador se valorizou e o salário subiu", afirma Ramón Jubels, sócio da KPMG no Brasil. Levantamento realizado pelo Grupo Catho com exclusividade para o **Valor** mostra que o salário médio de um contador aumentou 18% em cinco anos, no Brasil. O maior salto ocorreu justamente na passagem de 2010 para 2011, o primeiro ano da nova norma, com evolução de 8,6%, contra uma inflação de 5,91% (IPCA).

"O nível técnico dos profissionais de contabilidade melhorou", comenta Marcelo Lico, diretor da Crowe Horwath. "A qualidade das informações também melhorou, mesmo entre as empresas que não são obrigadas a publicar balanços". Em sua avaliação, a adoção da norma IFRS combate uma antiga cultura da contabilidade brasileira de que tudo era feito para atender ao Fisco. O resultado é mais transparência.

"Não apenas o Fisco, mas credores e fornecedores estão exigindo mais a análise das demonstrações financeiras para concessão de crédito", afirma Marcelo Diniz, sócio do escritório LCDiniz Advogados Associados. Para ele, o IFRS permite "um conhecimento maior sobre a situação da companhia, o que acaba proporcionando também esse controle". Isso serve aos propósitos do Fisco, mas o objetivo não é esse, e sim dar a quem é de fora e deseja se relacionar com a empresa uma visão mais acurada do que como ela se encontra. "A cada dia se torna mais importante mostrar os fundamentos da empresa para obter melhores condições de negociação", diz Diniz. Para ele, as instituições financeiras também deverão seguir essa lógica dentro de algum tempo, embora busquem outras informações em suas análises de crédito corporativo.

A transparência é a principal responsável pela queda do custo de captação. Uma série de estudos, sobretudo sobre a adoção do IFRS na Europa (em 2005) mostra a redução do custo de capital em proporções que variam entre 6 e 21 pontos-base. No Brasil alguns estudos já surgiram nesse sentido, também com grande variação, mas qualquer análise ficou prejudicada pela crise internacional de 2008, que distorce os resultados, pondera Jubels.

O fortalecimento da transparência é bem vindo, comenta Amador Alonso Rodriguez, presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). A entidade entrega hoje a 24 empresas o Troféu Transparência de Balanços. "Na prática, a IFRS representa um upgrade para a contabilidade porque promove um alinhamento mundial do Brasil e deixa de representar o antigo alinhamento entre a área societária e a fiscal que havia na época da velha contabilidade ", diz Bruce Mescher, sócio-líder da área de auditoria para serviços integrados de "finance transformation" da Deloitte. Para ele, os desafios são a capacitação de pessoal, amplificação da norma entre pequenas e médias empresas, monitoramento das atualizações e busca por melhoria contínua da qualidade das informações, "sobretudo nas notas explicativas".

A despeito dos ganhos salariais, a falta de preparo entre os contadores ainda é grande, admite Joanelia Neide Sales, professora da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) da Universidade de São Paulo. Ela defende que as companhias se preocupem com a contratação de bons profissionais e fiquem atentas à capacitação permanente. Segundo diz, existem dois problemas em relação à norma IFRS no que tange a capacitação profissional: os profissionais antigos e os novos. Os novos estão sendo formados já sob a orientação da norma, mas falta experiência. Entre os antigos, a maioria não se atualizou adequadamente. Joanelia se preocupa com a atualização profissional fora dos grandes centros. "São mais de 1.300 cursos de ciências contábeis em todo o Brasil. Até todos estarem em ordem, vai demorar", prevê.

Quem também defende a educação profissional continuada para os preparadores de informações financeiras - e não apenas para os contadores - é Tadeu Cendon, sócio da consultoria PwC no Brasil. Segundo ele, a adoção da norma aumentou o custo com preparação de pessoal e aquisição ou adaptação de sistemas, "mas os benefícios, como redução de capital e atração de investidores, compensam".

A principal mudança proporcionada pelo IFRS no Brasil foi sair de uma contabilidade totalmente objetiva, baseada em regras, para uma contabilidade subjetiva, que obriga o contador a avaliar o patrimônio da empresa, dizem Henrique Formigoni e Liliane Cristina Segura, professores da Universidade Mackenzie. Para eles, as possibilidades de tratamento contábil dos eventos econômicos trouxeram desafios profissionais, "pois houve uma mudança cultural na aplicação e interpretação das transações".

Outro problema são as empresas de menor porte que não se relacionam com investidores externos e têm dificuldade em compreender as mudanças, afirma Silvinei Cordeiro Toffanin, diretor da Direto Contabilidade, Gestão e Consultoria. Essas seguem uma versão simplificada da norma. Ele afirma que as exigências da nova norma o levaram a ampliar o quadro de pessoal em 15% - elevando os custos em 15% a 20%.

26/09/2014 - 05:00

## Normas ganharam força após sucessivas megafraudes

Por **Eduardo Belo**

O processo de globalização da economia, iniciado na década de 1980, despertou nas autoridades reguladoras e no mercado de capitais a necessidade de universalizar os padrões contábeis. A ideia já estava madura desde 1973, quando foi criado o International Accounting Standards Committee (IASC), órgão responsável pela emissão do International Accounting Standards (IAS), os padrões internacionais. O padrão United States General Accepted Accounting Principles (USGAAP) despontava como o favorito devido à importância da economia dos EUA quando foi atingido por um duro golpe: a sequência de megafraudes corporativas de empresas americanas.

A principal ocorreu na Enron. A empresa de energia, sétima maior corporação dos Estados Unidos na época, recorria a uma contabilidade criativa havia vários anos, quando foi denunciada aos órgãos reguladores. A dívida de cerca de US\$ 11 bilhões não aparecia no balanço. A empresa pediu concordata em dezembro de 2001 e arrastou a Arthur Andersen, considerada corresponsável pela fraude.

"O escândalo da Enron e não o 11 de setembro será considerado divisor de águas na história da sociedade dos Estados Unidos", previu o economista Paul Krugman em artigo para o "The New York Times", em fevereiro de 2002. Outros escândalos vieram na esteira. Fraudes contábeis envolvendo gigantes como a WorldCom e a sobrevivente Merck selaram o destino do USGAAP e abriram o caminho para o International Financial Reporting Standards (IFRS).

A diferença entre os dois modelos é que o padrão americano baseia-se em regras, ao passo que a IFRS adota princípios e é, por isso, mais interpretativa. As normas americanas oferecem um conjunto de obrigações maior que as da IFRS. Sua complexidade, porém, não foi suficiente para impedir a grande onda de fraudes.

Um pouco antes de os escândalos se multiplicarem entre as empresas americanas, a Europa, liderada pelos britânicos, se mobilizava para acabar com a babel contábil e impor ao mundo corporativo uma linguagem universal. Em abril de 2001 o IASC foi sucedido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as IAS começaram a ser substituídas pelas IFRS. O processo caminhava em ritmo tranquilo quando a onda de fraudes deflagrou a necessidade de uma resposta urgente.

A Europa caminhou para o IFRS e ainda tenta convencer os Estados Unidos a seguir o mesmo caminho. Recentemente, a SEC, órgão regulador do mercado de capitais americano, divulgou nota sobre a adoção do padrão internacional. Em resumo, a agência e o mercado dos EUA como um todo se mantêm reticentes quanto à IFRS e, enquanto isso, permanecem agarrados a seu próprio padrão.

Os EUA afirmam que só adotarão a IFRS quando julgarem conveniente, diz Ramón Jubels, sócio da KPMG no Brasil. Para ele, a resistência americana em aderir ao padrão é uma perda, já que faltam parâmetros de comparação entre empresas. Havia uma expectativa de convergência a partir da crise financeira de 2008,

mas não evoluiu. Desde janeiro de 2005, as empresas europeias abertas adotam essas normas. O Brasil começou a entrar na IFRS em dezembro de 2007, com a sanção da nova Lei das S.A. - em substituição à que vigorava desde 1976.

26/09/2014 - 05:00

## Clareza facilita a tomada de decisão

Por **Helô Reinert**

*Caio Gonçalves de Moraes: publicações da Mahle antecipam impacto que mudanças possam causar no futuro*

Quanto mais transparente for a comunicação com o mercado, maior facilidade o investidor terá ao tomar decisões. Ser transparente requer uma mudança no gerenciamento do negócio e altera a percepção e avaliação da empresa. "A precificação será feita de maneira correta, não valerá nem mais, nem menos", resume Pedro Teixeira de Carvalho, diretor de controladoria e financiamento de investimento da Braskem. Analistas de crédito, de investimento e outros públicos estratégicos dispõem hoje de mais informações para tomar decisões. "Há menos transcrição de normas contábeis. O foco está na apresentação e na seleção das informações relevantes a serem disponibilizadas", diz Teixeira. A Braskem é uma das vencedoras do Troféu Transparência na categoria empresa de capital aberto com faturamento acima de R\$ 5 bilhões. Premiada outras vezes, a equipe sente-se desafiada a repetir o resultado de 2014 nos próximos anos.

Iniciativa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Fipecafi, e Serasa Experian, o prêmio reconhece o esforço das empresas que têm clareza na divulgação dos balanços contábeis.

Desde que foi criado o troféu, há 18 anos, muitas mudanças afetaram os registros contábeis das empresas. Em 2002, a fraude contábil da Enron acendeu um sinal de alerta mundial e o mercado exigiu mais controles. Três anos depois, normas que proporcionaram critérios que permitem a comparação e a transparência entre as empresas de diferentes países foram adotadas pelos países da União Europeia e outros. Após uma mudança na lei e outras providências, o Brasil adotou o padrão internacional de apresentação das demonstrações financeiras, mais conhecido pela sigla em inglês IFRS (International Financial Reporting Standards) em 2010. O método das empresas levantarem e apresentarem as informações viveu um período de intensa transformação.

Os critérios definidos pela comissão julgadora do prêmio contemplam quatro itens: atender os públicos relacionados, abordar os temas requeridos de forma concisa e objetiva, a qualidade das análises em relação a diversas operações da empresa e seus possíveis impactos, além a comunicação visual. De uma base de dados de mais de 2 mil empresas, alunos do mestrado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, FEA-USP, escolhem e analisam cerca de 500. É trabalho de tirar o fôlego. A triagem contempla o balanço patrimonial, as demonstrações dos resultados do exercício, das mutações de patrimônio líquido, das origens e aplicação de recursos, as notas explicativas, os relatórios de administração

## Premiadas

As empresas mais transparentes, segundo a Anefac

Capital aberto Faturamento acima de R\$ 5 bilhões	Capital fechado Faturamento até R\$ 5 bilhões
<ul style="list-style-type: none"><li>AES Eletropaulo</li><li>Braskem</li><li>Cemig</li><li>CSN</li><li>Embraer</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Gerdau</li><li>Petrobras</li><li>Sabesp</li><li>Usiminas</li><li>Vale</li></ul>

Fonte: Anefac

e o parecer dos auditores independentes.

A comissão julgadora formada por professores e um representante da Anefac seleciona entre 30 e 35 do total. Receberão o prêmio, 24 empresas: 20 de capital aberto divididas em duas categorias - faturamento acima e até R\$ 5 bilhões - e quatro de capital fechado. "A transparência é um pilar da governança", diz o diretor executivo da premiação, Antônio Carlos Machado. "Buscar a transparência significa ter códigos de conduta aliados às melhores

posturas éticas."

Ganhadora do Troféu Transparência na categoria empresa de capital aberto com faturamento até R\$ 5 bilhões pela primeira vez, a Mahle Metal Leve, nos últimos nove meses, implementou uma série de mudanças e concluiu um processo iniciado há dois anos. Ao longo desse período, as equipes internas dos departamentos de contabilidade, tesouraria, controladoria corporativa e relações com investidores debateram qual a melhor forma de se obter maior clareza e concisão. O trabalho contou com o apoio do auditor externo e do Conselho Fiscal da empresa.

As expectativas da empresa com relação às exportações e ao mercado interno, se elas são favoráveis ou não, por exemplo, passaram a ser documentadas. E a utilização de instrumentos como derivativos e de hedge cambial, explicada. "Nossas publicações contemplam a antecipação do impacto que eventuais mudanças possam causar no futuro", detalha Caio Gonçalves de Moraes, vice-presidente da finanças e relações com investidores. A nova legislação alterou, entre outros registros contábeis, os de instrumentos financeiros derivativos, contratos de arrendamento mercantil, transformação, reavaliação de ativos, incorporação, fusão e cisão. Exigiu-se do contador a interpretação da transação da operação antes de se efetivar o registro contábil. Do administrador, o envolvimento direto na adoção das novas práticas.

Houve a preocupação em fazer com que o conjunto de documentos adquirisse formato mais sintético e conteúdo mais compreensível. A Mahle mudou a equipe de relações com os investidores. Os profissionais contratados passaram a seguir de perto o que acontece no dia a dia da corporação. Estar alinhado ao raciocínio do IFRS e seguir o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC, entrou para o campo das obrigações rotineiras.

A lista é grande. Empregados, consumidores, fornecedores, distribuidores, governos, agências reguladoras e acionistas. "Uma empresa moderna relaciona-se 24 horas por dia com seus públicos e o amplo acesso a informações proporcionado pela comunicação digital exige que as empresas estejam atentas e se comuniquem com rapidez, de forma clara e concisa", complementa Marcus Vinicius Bahia De Abreu, diretor administrativo e financeiro da Gru Airport, que foi premiada na categoria capital fechado. Segundo ele, a sustentabilidade está ancorada na confiança, que só pode ser alcançada pela transparência com os diversos públicos. "A comunicação e a transparência são fundamentais para garantir mudança na cultura organizacional das empresas no sentido de adoção das melhores práticas de governança", diz. O relatório de administração e as demonstrações contábeis são os documentos materializam essa orientação.

26/09/2014 - 05:00

## Negócios e transações precisam ser bem esclarecidos

Por **Helô Reinert**

Uma das metodologias adotadas pelo Aché para garantir a transparência foi a elaboração de uma "checklist" completa de cada documento que envolve algum tipo de demonstração contábil para verificar se o negócio e as principais transações da empresa estão efetivamente bem esclarecidos. A empresa de capital fechado definiu como prioridade, no ano passado, fazer uma revisão detalhada para determinar os efeitos da aplicação das novas normas contábeis conhecidas por meio de pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil, CPC.

Sidinei Righini, diretor executivo financeiro do Aché, destaca que tem sido um desafio a atualização constante das revisões das normas internacionais de contabilidade. "A tarefa exigiu dos profissionais, direta ou indiretamente envolvidos com a contabilidade, intensas pesquisas e discussões para divulgar aquilo que é importante e peculiar, com a utilização de uma linguagem comum que facilite o entendimento por parte dos leitores", diz.

Empresa de capital aberto, com faturamento acima de R\$ 5 bilhões, a Gerdau havia adotado as normas internacionais de contabilidade antecipadamente em 2007. "Na época, em virtude do nosso pioneirismo, o principal desafio foi superar a falta de referências para IFRS no mercado brasileiro", diz André Pires de Oliveira Dias, vice-presidente de finanças, controladoria e relações com os investidores da Gerdau. Em situações específicas, a empresa contratou consultoria especializada. Segundo Dias, uma experiência anterior, adquirida pela equipe na elaboração das demonstrações financeiras pelos princípios contábeis norte-americanos - conhecidos como USGAAP - ajudou a transição rumo ao padrão IFRS adotado pelo Brasil. Essa condição praticamente eliminou a necessidade de contratação de novos profissionais. Coube aos funcionários da área agir como multiplicadores de conhecimentos dentro da empresa. Algumas consultorias especializadas também realizaram treinamento.

Empresas de capital fechado e os pares de capital aberto diferem entre si. Mas as realidades da Aché e da Gerdau assemelham-se em um ponto: as duas são grandes e bem estruturadas. Contam com recursos humanos capacitados para dar um suporte contábil adequado ao volume de operações dos grupos. Apresentam condições de exercer com mais rigor controles internos nas operações. Por último, têm a tecnologia da informação requerida para a tarefa.

Artemio Bertholini, CEO da Grant Thornton Brasil, estima que, dos cerca de 6 milhões de CNPJs em vigor no país, apenas 1% corresponda a empresas encaixadas nas categorias grande, aberta ou atividade regulamentada. Existe um amplo domínio das novas normas neste universo. É no bloco das pequenas e médias, entre 20% e 25% do total, que as deficiências emergem. E por razões diferentes: desinteresse dos sócios, despreparo dos profissionais envolvidos e desconhecimento das consequências de não aplicar as novas normas em casos de disputas judiciais.

O diretor da Crowe Horwath, Marcelo Lico, percebe a tendência de o contador mais antigo sair do mercado e abrir espaço para outro com a cultura da legislação atual e conhecimento mais amplo. Segundo Lico, os profissionais que não se atualizarem e as empresas que não adotarem essa política ficarão para trás. Para ele, as empresas precisam ser transparentes não apenas nas suas demonstrações contábeis, mas também na sua estratégia.

26/09/2014 - 05:00

## Conhecimento é requisito para informação precisa

Por **Helô Reinert**

*Marcus Severin: profissional deve dialogar com várias áreas da empresa até aprender como se faz cálculo atuarial*

Com caneta na mão, o diretor de finanças de Furnas, Nilmar Sisto Foletto, calcula: das 44 mil horas de treinamento cumpridas no ano passado pelo corpo de funcionários, 20% estão vinculados a profissionais envolvidos direta ou indiretamente com as informações financeiras que servirão de base para as demonstrações contábeis. O investimento para a formação desse grupo chegou a R\$ 3 milhões. Furnas conta com política de recursos humanos que estimula gestores a cursarem MBA em instituições como Pontifícia Universidade Católica (PUC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Ibmecc, as três localizadas no Rio de Janeiro.

Desde que as novas regras de publicação das informações financeiras obrigatórias entraram em vigor no Brasil, os profissionais envolvidos com as demonstrações contábeis também fizeram alguns cursos elaborados pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), e participaram de seminários promovidos pela Associação dos Contadores das Empresas Elétricas. Workshops internos costumam ser organizados para discutir eventuais mudanças. Os projetos conquistados em leilões exigem um trabalho conjunto com as empresas parceiras. Furnas tem o capital fechado e segue determinados padrões definidos pela controladora, a Eletrobrás.

Foletto insiste em que o ponto crítico desse trabalho é a revisão dos dados e do texto. A quantidade de informações é grande e a tradução de uma linguagem técnica a uma que permita distintos públicos entender o desenvolvimentos dos negócios da companhia tem que ser uma prática cotidiana. Para 2015, a meta de Furnas é migrar para o novo formato e produzir o Relatório Integrado, documento único que agregará as informações sócio-ambientais. "Essa é a nossa expectativa", diz.

### ***Política de recursos humanos de Furnas estimula gestores a cursarem MBA em instituições consagradas***

A Marcopolo trabalha com a perspectiva de elaborar o documento que concilia as informações do relatório de administração e de sustentabilidade em breve. Como a complexidade do trabalho aumentará, não há dúvidas de que, cada vez mais, o contador terá que ser um profissional conectado com as diversas áreas da empresa.

De acordo com o diretor de controladoria da Vale, Marcus Severini, é impossível entender a realidade de uma empresa sem ter a capacidade de construir a lógica do negócio ou de uma determinada transação. Chegar a esse ponto demanda orientação da empresa e dedicação do funcionário. "Precisamos de uma formação mais ampla que a tradicional", diz.

Severini considera que essa é uma condição para escapar do balanço meramente técnico e elaborar um documento que seja efetivamente transparente. Desde o curso preparado em conjunto pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, em 2011, essa área da empresa está imersa numa rotina que contempla reuniões para discutir determinados temas e tirar dúvidas até o rodízio desses profissionais em áreas específicas da empresa. "Hoje o profissional precisa ter conhecimento e dialogar com as áreas de engenharia, produção e de gerenciamento de riscos até conhecer como se faz um cálculo atuarial de um fundo de pensão."

O enfoque requer, segundo Severini, formação multidisciplinar que não se esgota na universidade e exige de três a cinco anos de dedicação do profissional a sua formação. Esgotada essa fase, o processo não pode parar. "É difícil mensurar a carga horária, mas diria que a formação consome 30% do tempo do funcionário num primeiro momento", diz Severini. Essa é a realidade na Marcopolo. A área, que é conduzida por José Antonio Vialiti, diretor de relações com investidores da empresa, busca o aperfeiçoamento dos colaboradores.

Dois dos quatro contadores da Marcopolo em Caxias do Sul, RS, que concentra a área corporativa da empresa, fizeram um curso de dois dias na EP Treinamentos. Quando voltaram à empresa, cumpriram a tarefa de compartilhar com os outros dois contadores os conteúdos novos. A atualização dos profissionais ocorre em cursos, workshops e fórum de discussão. Parte significativa do treinamento tem sido fornecida pelas grandes empresas de auditoria contratadas pela Marcopolo.

26/09/2014 - 05:00

## IFRS 9 vai mudar o cálculo de provisões

Por **Carlos Vasconcellos**

A partir de janeiro de 2018, bancos e empresas de mais de cem países que adotam o padrão contábil IFRS (Padrão Internacional de Relatórios Financeiros, na sigla em inglês) terão um novo modelo para registrar seus instrumentos financeiros no balanço. Perdas e ganhos com títulos de dívida, ações, derivativos e outros terão de ser lançados nesse novo formato.

Cabe ressaltar que o padrão contábil brasileiro ainda será adaptado para incluir - total ou parcialmente - as normas do IFRS 9. "Normalmente, o Conselho Federal de Contabilidade adota os critérios indicados pelo Iasb", observa Edison Arisa, sócio da PwC Brasil e líder de auditoria da consultoria. O Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb, na sigla em inglês) é a organização internacional sem fins lucrativos que publica e atualiza as normas IFRS.

### O que muda

Novo modelo para registrar instrumentos financeiros no balanço

Como era a IAS 39	
<b>Classificação de ativos</b>	Modelo baseado em regras rígidas. Os instrumentos financeiros eram classificados em 3 categorias (n o vencimento, para negociação e disponível para Cada categoria tinha um sistema de marcação (p juros ou a mercado) e podia ser contabilizado no ou no patrimônio da empresa, dependendo da op
<b>Provisionamento de perdas</b>	Modelo de perdas incorridas. Adia o reconheci créditos perdidos até que houvesse fortes evidên evento que indicasse o calote iminente. Leva em c

O mesmo processo de avaliação e adaptação das normas acontecerá com o padrão contábil dos bancos, regulado pelo Banco Central, e das seguradoras, regulado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). Cabe destacar que o BC, em outras ocasiões, não adotou mais do que poucos pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, responsável pela tradução das normas do IFRS.

As empresas que negociam ações ou títulos nos EUA - e apresentam seus balanços em IFRS à Securities Exchange Commission - devem obrigatoriamente adotar a nova norma já a partir de 2016. "A SEC exige que a empresa apresente o balanço de três exercícios consecutivos para efeito de comparação, por isso essas empresas terão de se antecipar", observa Arisa.

Os termos do IFRS 9 foram divulgados em julho pelo Iasb e a principal mudança é no sistema de provisão de perdas. Sai o modelo de perda incorrida e entra o de perda esperada para constituição de provisões para inadimplência. Significa que a norma IAS 39, que regulava a contabilidade dos instrumentos financeiros, adia o reconhecimento dos créditos perdidos até que houvesse fortes evidências de um evento que indicasse o calote iminente.

Pela nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico de crédito e as condições atuais do negócio para registrar o provisionamento de perdas. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que o calote fosse uma possibilidade.

Conseqüentemente, o IFRS 9 amplia o leque de variáveis a ser incluído no cálculo das provisões. "O instrumento financeiro passa a ser tratado por uma abordagem mais embasada em princípios do que em regras previamente estabelecidas", diz Eduardo Flores, professor da Fipecafi.

Vale lembrar que esse provisionamento será obrigatoriamente lançado como baixa no resultado, e não no patrimônio líquido, afetando eventualmente o lucro líquido de bancos e empresas. "Isso vai ter um grande impacto na provisão de crédito e na capitalização dos bancos, especialmente na Europa. Como a norma já está disponível para adoção imediata, a Comunidade Europeia recomenda essa antecipação para reduzir o impacto", diz Phelipe Linhares, diretor da KPMG para IFRS.

Para Artur Gigueira, superintendente de financeiro e de normas contábeis do Santander, o impacto da mudança no setor bancário vai depender de como a norma IFRS será adaptada pelo BC ao ambiente brasileiro. Atualmente, o BC adota, para as instituições financeiras, um modelo de perdas esperadas baseado em ratings de crédito, que vão caindo a partir da ocorrência de atrasos.

"Os critérios de provisionamento hoje usados pelo BC podem facilmente ser adaptados para o modelo de perdas esperadas, e não creio que teriam grande impacto no mercado brasileiro", diz Gigueira. Ele lembra também que a adequação às normas do IFRS 9 vale para a divulgação do balanço consolidado das holdings e grupos bancários, mas não para as operações individuais de cada banco.

Alexsandro Broedel, diretor de planejamento financeiro e controle gerencial do Itaú Unibanco, acredita que os bancos brasileiros estão razoavelmente preparados para a mudança no sistema de contabilização de perdas, já que as normas em vigor do BC são bastante conservadoras. "É claro que o impacto maior depende de cada instituição", diz. "Em geral, carteiras mais longas e com alta inadimplência podem ter maior diferença com o novo modelo, enquanto carteiras curtas, ou longas, mas com baixa inadimplência, devem sofrer menos."

"De um modo geral, a IFRS 9 torna a contabilidade mais transparente e o sistema de provisão de perdas mais eficaz", continua Broedel. "A IAS 39 fazia muito pouco e, quando fazia, geralmente era tarde demais. Por isso foi uma medida interessante para o mercado, do ponto de vista prudencial."

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda. "Agora é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço", diz Arisa.

## O que muda

Novo modelo para registrar instrumentos financeiros no balanço

	Como era a IAS 39	Como ficará com a IFRS 9
<b>Classificação de ativos</b>	Modelo baseado em regras rígidas. Os instrumentos financeiros eram classificados em 3 categorias (mantidos até o vencimento, para negociação e disponível para venda). Cada categoria tinha um sistema de marcação (por curva de juros ou a mercado) e podia ser contabilizado no resultado ou no patrimônio da empresa, dependendo da opção	Classificação com base no modelo de negócios de cada empresa. Os instrumentos financeiros serão lançados em uma conta reservada do patrimônio líquido da empresa
<b>Provisionamento de perdas</b>	Modelo de perdas incorridas. Adia o reconhecimento dos créditos perdidos até que houvesse fortes evidências de um evento que indicasse o calote iminente. Leva em conta apenas o histórico de crédito e as condições atuais do negócio para registrar o provisionamento, sem levar em conta a possibilidade de perdas futuras	Modelo de perdas esperadas. Não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Leva em conta a possibilidade de perdas futuras

Fonte: Consultorias

26/09/2014 - 05:00

## Discussão para formular a regra já dura cinco anos

Por **Carlos Vasconcellos**

As discussões para a formulação da IFRS 9, que virá a substituir a antiga norma IAS 39, começaram em 2009. Muitos viram no lançamento do debate uma resposta aos eventos que levaram à crise financeira no ano anterior, quando o estouro de uma bolha de crédito imobiliário nos EUA causou um tsunami global.

O fato é que a IAS 39, norma vigente até janeiro de 2018, permitiu que bancos adiassem a contabilização de perdas em carteiras carregadas com bilhões de dólares em empréstimos de qualidade mais que duvidosa. A onda chegou a varrer instituições de grande porte, como o Lehmann Brothers. "O mercado considerou a revisão como uma resposta formal à crise", admite Phelipe Linhares, diretor da KPMG. "Ela busca atender a demanda por mais disciplina e transparência contábil."

"Isso envolve diretamente a mudança nas práticas de reconhecimento de perdas, principal mudança incluída na IFRS 9", continua Linhares. "Em 2008, essas perdas aconteceram em função de variáveis que não eram consideradas nos sistemas contábeis."

Linhares acredita que a reforma vai servir para que investidores e empresas aprimorem a precificação dos instrumentos financeiros. "Os investidores terão condições de avaliar melhor as taxas oferecidas em função do risco de crédito."

Mas há controvérsias se o novo regulamento teria sido capaz de mitigar todos os efeitos da crise, se estivesse em vigor em 2008. É o caso das dificuldades enfrentadas pela Sadia. A companhia contabilizou perdas de R\$ 2,48 bilhões, pois estava altamente exposta a operações com derivativos cambiais que ganhavam com a perda da moeda americana, quando a crise fez o dólar disparar no Brasil.

Para Linhares, as regras contábeis não seriam suficientes para evitar o problema. "Naquele caso, foi muito mais um problema de controle do que de critérios de contabilização", afirma. Já Silvinei Toffanin, diretor da Direto Contabilidade, Gestão e Consultoria, aposta que sim. "No caso da Sadia, havia operações sem garantias adequadas e isso poderia ter ficado mais evidente no balanço."

26/09/2014 - 05:00

## Nova regra global vai vigorar em 2017

Por **Suzana Liskauskas**

*Ramón Jubels, da KPMG: contratos para a venda de produtos e serviços em um só pacote serão mais afetados*

A partir de 1º de janeiro de 2017 entra em vigor, no Brasil, uma nova regra global para o reconhecimento de receitas. Divulgadas conjuntamente pelo International Accounting Standards Board (Iasb) e o Financial Accounting Standards Board (Fasb) em 28 de maio, as novas exigências compõem o "IFRS 15 - Receita de contratos com Clientes", que substitui a maior parte da orientação sobre o reconhecimento de receita existente em IFRS e U.S. GAAP, adotado nos EUA. Com relação ao Brasil, que pratica o IFRS desde 2010, o ganho da nova regra são as orientações mais detalhadas e a definição de conceitos. Esse detalhamento ajuda as empresas a definir o momento do reconhecimento de suas receitas.

O tema é complexo e as empresas estão na fase de entendimento da nova regra. Como a publicação do IFRS 15 tem gerado muitas dúvidas sobre seus efeitos práticos, o Iasb e o Fasb criaram um grupo de discussão, o Joint Transition Resource Group, que tem a participação do brasileiro Carl Douglas. A meta é garantir que a adoção da nova regra seja uniforme.

Nos EUA, onde havia muita segmentação nas orientações sobre a forma de contabilizar a receita, havendo uma norma para cada indústria, a regra trouxe uma unificação. Nos países que adotam o IFRS, o grande ganho foi o detalhamento. A nova regra exhibe particularidades sobre o momento em que a receita, prevista em um contrato, deve ser reconhecida.

### ***Publicação do IFRS 15 tem gerado dúvidas e as companhias ainda tentam entender as novas regras***

Porém, a partir da adoção do IFRS 15, é possível que haja mudanças no cálculo da distribuição de dividendos. Rogério Mota, sócio da área de auditoria da Deloitte, explica que os impactos provocados pela regra no reconhecimento da receita vão influenciar o lucro das empresas e a distribuição de dividendos. Para ele, todas as empresas serão impactadas e vão ter que fazer uma revisão dos critérios utilizados para a contabilização de suas receitas.

"Ainda que a nova regra não provoque mudança significativa nos números expressos na contabilidade, vai exigir, sobretudo para as companhias abertas, quantidade maior de notas explicativas", afirma Mota. Entre os principais impactos do IFRS 15, estão a definição do momento exato do reconhecimento da receita

prevista em contratos e uma possível aceleração do seu reconhecimento. Os auditores recomendam que as companhias não posterguem o estudo sobre as orientações expressas no IFRS15 e que se preparem para as mudanças, ainda que elas só entrem em vigor em 2017.

Embora todos os segmentos sejam impactados, os especialistas apontam que, pela natureza dos contratos firmados com os clientes, os efeitos da norma serão maiores na entrega de produtos físicos e serviços. No Brasil, a lista inclui os setores de telecomunicações, construção civil e software.

Ramón Dirk Jubels, sócio da KPMG, acredita que as exigências afetarão as instituições de maneiras diversas. Entidades com contratos que preveem a venda de produtos e serviços em um só pacote, ou aquelas envolvidos em grandes projetos nas indústrias de telecomunicações, software, engenharia, construção e imobiliária, podem sofrer mudanças no momento do reconhecimento da receita. Em outros casos, os impactos podem não ser tão relevantes.

O IFRS 15 apresenta um modelo com cinco etapas para que as empresas possam determinar o período exato e os valores envolvidos no reconhecimento das receitas. Jubels diz que o modelo especifica que a receita deve ser reconhecida no momento em que uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito.

Segundo Jubels, pelas novas regras, se determinados critérios são cumpridos, a receita pode ser reconhecida sob duas formas: refletindo o desempenho da entidade da melhor maneira possível, ou em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

Com relação às cinco etapas especificadas no IFRS 15, o primeiro passo a ser tomado é identificar o tipo de contrato; no segundo momento, verifica-se a identificação das obrigações de desempenho; o terceiro passo diz respeito à determinação do preço da transação, a regra define esse valor como "o montante da contraprestação que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente".

Na quarta etapa, a tarefa é alocar o preço da transação às obrigações de desempenho. De acordo com o sócio da KPMG, as entidades alocam o preço de transação para cada obrigação de desempenho, na proporção do preço de venda independente. Mas a norma fornece orientação sobre a determinação do preço de venda independente.

A quinta e última etapa está relacionada ao reconhecimento da receita no momento do cumprimento de uma obrigação de desempenho. Segundo Jubels, o IFRS 15 detalha que uma entidade reconhece a receita no momento em que (ou à medida em que) atende uma obrigação de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço para um cliente. "O controle pode ser transferido em um determinado momento ou ao longo do tempo. Primeiramente, a entidade avalia se transfere o controle ao longo do tempo."

Entre as possíveis mudanças práticas, Rogério Mota cita o exemplo da construção civil. Diz que a nova norma traz o desafio para estabelecer o momento em que a receita é estabelecida, ao longo do tempo ou na entrega das chaves. "Tudo vai depender de interpretação de como funciona o contrato no Brasil. O fato de existir a possibilidade do contrato pode vir ser uma barreira para que a receita seja reconhecida pelo prazo da construção, ao longo do tempo. A velocidade do reconhecimento da receita também pode mudar", detalha.

No setor de telecomunicações, segundo o sócio da área de auditoria da Deloitte, o desafio é adaptar os sistemas para reconhecer as especificações dos inúmeros contratos que cada empresa mantém no mercado. "A norma é muito recente e não há nada definido. Estamos na fase do entendimento e dos debates com o mercado", completa.

26/09/2014 - 05:00

## Ativos do setor de energia preocupam

Por **Suzana Liskauskas**

Os ativos e passivos regulatórios das empresas do setor de energia, sobretudo das distribuidoras de energia elétrica, encabeçam a lista de preocupações do International Accounting Standards Board (IASB). Interessado em colher a opinião do mercado, principalmente de acionistas e investidores que se relacionam com companhias dessa natureza, o órgão publicou em 17 de setembro documento, sem característica normativa, expondo, por exemplo, situações em que determinados ativos e passivos regulatórios são contemplados no balanço contábil.

Em busca de uma padronização que seja adotada globalmente, o IASB mostrou ao mercado, com a publicação do documento, que está disposto a rever sua posição anterior com relação aos ativos e passivos regulatórios. No "Discussion Paper - Reporting the Financial Effects of Rate Regulation", a meta do órgão é colher informações até 15 de janeiro de 2015. O IASB está interessado em opiniões sobre a forma mais adequada para uma instituição que tenha atividades com tarifas reguladas em contratos de concessão expor informações em demonstrações financeiras.

Quando o IFRS foi adotado, em 2010, o IASB foi conservador e optou por não permitir a contabilização dos ativos e passivos regulatórios nos balanços societários. Há dois anos, no entanto, o órgão criou um grupo para o debate. Um dos motivos foi a decisão contrária ao padrão escolhido pelo IASB por parte das empresas estabelecidas nos EUA e no Canadá. Nesses dois países, que não adotaram o IFRS, as empresas não foram impedidas de contabilizar em seus balanços os ativos e passivos regulatórios.

O debate foi aquecido em janeiro, quando entrou em vigor o IFRS 14. Com a adoção da norma, países como o Canadá, que nunca havia feito demonstrações em IFRS poderiam manter, no balanço de empresas de energia elétrica, por exemplo, a contabilização dos ativos regulatórios, respeitando o padrão contábil anterior. "Vale observar que o IFRS 14 é uma norma temporária, e as empresas canadenses não podem portanto, encará-la como solução", diz Ramón Dirk Jubels, sócio da KPMG.

Em Portugal e Espanha a legislação foi adaptada para modificar os ativos regulatórios. Marcelo Magalhães, sócio da Deloitte e especialista em energia elétrica, observa que o problema do ativo regulatórios sempre existiu, desde a adoção do IFRS. "Mas, no Brasil, a solução é muito importante por conta da crise energética", acrescenta Renato Lima, da Deloitte e especialista em energia elétrica.

26/09/2014 - 05:00

## Operação de hedge ainda é motivo de controvérsia

Por **Carlos Vasconcellos**

Um dos itens mais discutidos durante a preparação do IFRS 9 é o chamado macro hedge, que dá possibilidade de as empresas e instituições financeiras contabilizarem suas operações de hedge de forma global. O tema foi removido da pauta e transformado em um projeto à parte. O mercado acredita que o modelo atual de hedge accounting, além de complexo, não reflete com fidelidade os riscos das empresas. "A regra em vigência pelo IAS 39 obriga que cada operação de hedge corresponda especificamente a um risco exposto", explica Eduardo Flores, professor especialista em IFRS da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

"Essa estrutura é onerosa", diz Flores. "Com o macro hedge, você passaria a analisar toda a carteira e não mais cada operação e cada risco, um a um. Isso permitiria um gerenciamento muito mais dinâmico, que acompanha melhor a real situação do mercado e a estratégia da empresa", avalia.

Alexsandro Broedel, diretor de planejamento financeiro e controle gerencial do Itaú Unibanco, observa, no entanto, que o processo de implantação do macrohedge ainda vai demorar. "O Iasb ainda sequer apresentou o exposure draft (documento de apresentação) da proposta. Se o projeto avançar, vai levar muitos anos para entrar em vigor", diz.

Outra mudança em estudos pelo Iasb diz respeito à contabilização dos contratos de leasing. O ponto provoca controvérsias. A proposta do conselho é de que todos os contratos dessa natureza sejam contabilizados no balanço patrimonial das empresas. Se aprovada, a proposta acabaria com a distinção entre leasings financeiros e operacionais. "Um leasing operacional é como um contrato de aluguel de um bem, com um valor residual depreciado e lançado no final do contrato", explica Silvinei Toffanin, diretor da Direto Contabilidade, Gestão e Consultoria. "Com essa mudança, as empresas perderiam o benefício tributário embutido na opção de leasing, pois teriam de lançar o bem como um ativo da companhia."

Flores concorda. "É uma solução radical demais", diz. Já Edmilson Machado, professor de contabilidade da Mackenzie Rio, acredita que a questão deve ser mais bem debatida para se chegar a um modelo adequado. "A adoção desse sistema teria um impacto muito grande em determinadas indústrias que usam o leasing intensamente, como o segmento de transportes, por exemplo", diz.

Outro motivo de discussão é a fase 2 de implantação da IFRS 4, norma que rege os contratos de seguro. Hoje, as seguradoras contabilizam os ativos pelo valor justo e o passivo nas provisões técnicas. Isso provoca flutuação de juros nos ativos e grande volatilidade nos resultados das seguradoras.

A proposta do Iasb é fazer com que os passivos também sejam contabilizados a valor de mercado. Há resistência essa proposta, pois ela teria alto custo para as empresas e afetaria profundamente a estratégia operacional das seguradoras. "Ainda não está claro o impacto dessa mudança no Brasil, se vier a ser adotada pela Susep", ressalta Phelipe Linhares, diretor da KPMG para IFRS. Para Edison Arisa, sócio da PwC Brasil, o modelo proposto não reflete o dia a dia do negócio de seguros. "As reservas no mercado segurador são influenciadas por vários fatores como juros de longo prazo, tábuas de mortalidade e sinistralidade", conclui.

26/09/2014 - 05:00

## Estruturas impõem alto investimento

Por **Genilson Cezar**

Os



*Jaime Rebelo: investimento da Multiplus em tecnologia é contínuo*

investimentos em tecnologias para suportar os avanços de modernas práticas de contabilidade são cada vez maiores nas empresas brasileiras. Só para implementação dos padrões contábeis da International Reporting Financial Standards (IFRS), várias empresas investiram mais de R\$ 500 mil, no levantamento de informações, identificação dos recursos internos, treinamento e capacitação de funcionários, produção de informações comparativas e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação (TI).

"Nosso investimento em tecnologia é contínuo para que possamos continuar crescendo de forma estruturada e com controles eficientes para garantir informação de qualidade para todos os usuários das demonstrações financeiras", destaca Jaime Rebelo, diretor-executivo de Finanças & Relações com Investidores da Multiplus, uma rede de fidelização composta por diversas empresas e programas de fidelidade, criada em 2009 pelo Grupo TAM.

Não é sem razão, segundo ele. O volume de informação exigida para divulgação das demonstrações financeiras aumentou significativamente e vem demandando mais recursos em tecnologia. No caso da Multiplus, adianta Rebelo, com o IPO feito em 2010, a empresa não precisou realizar investimentos adicionais em TI, "pois já nascemos dentro da IFRS". Mas a empresa modificou sua estrutura. Criou uma área de controles internos que tem como foco principal garantir a certificação SOX (Sarbanes-Oxley) para suportar todas as áreas da companhia no entendimento dos processos e criação de controles para mitigar os riscos inerentes à operação.

A companhia também adquiriu os serviços de auditores externos e independentes para validar suas demonstrações financeiras. No início deste ano, contratou uma nova consultoria para manter o alinhamento dos processos de auditoria e atuar dentro das melhores práticas de governança corporativa. Para ampliar a transparência no processo de prestação de contas e melhorar a divulgação, publicou seu Relatório Anual e de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). "As demonstrações financeiras estão mais informativas, permitindo a análise e projeções mais assertivas", diz Rebelo.

Nesse esforço de migração para os novos padrões de contabilidade transparente, as empresas brasileiras buscam o apoio dos fornecedores de software e serviços especializados de auditoria e tributação. A alemã SAP, fornecedora global de software, desenvolveu no seu laboratório em São Leopoldo (RS), junto com clientes e parceiros de soluções fiscais, uma solução de gestão tributária específica para o mercado

brasileiro. Trata-se da Tax Declaration Framework for Brazil 1.0 (TDF), baseada na plataforma SAP HANA, que visa manter em um único repositório todas as informações contábeis de uma organização, independente de sua origem. "O investimento da SAP para o desenvolvimento da solução reforça nossa estratégia de inovação e mostra a importância do mercado brasileiro para a companhia", afirma Bruno Ogusuko, gerente de desenvolvimento de negócios SPED/NFE. Segundo ele, a solução facilita o cumprimento de obrigações legais e aumenta a produtividade na área tributária, mantendo em sintonia a conformidade dos processos com a complexa e extensa legislação em vigor no Brasil.

Uma das preocupações é fornecer novas tecnologias que facilitem o relacionamento entre escritórios contábeis e clientes. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), são mais de 480 mil contadores e cerca de 80 mil empresários contábeis no País. Tendo em vista esse mercado, a IOB, uma empresa do Grupo Sage, provedor de soluções em software e informações, com mais de seis milhões de clientes no mundo, lançou o "IOB Simulador Tributário", que permite simular as operações de saídas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), de produtos que estão sujeitos à substituição tributária, de nove Estados brasileiros. É uma solução no sentido de compliance e suporte à tomada de decisão empresarial, que evita erros, multas e melhora muito a qualidade da informação", diz Elton Donato, diretor da IOB.

A paulista Zetrasoft apostou num sistema que faz a gestão da margem consignável, o eConsig, e busca a transparência na gestão pública e privada. O software, segundo Rose Araújo, vice-presidente da Zetrasoft, tem mais de 200 clientes no Brasil e processa mais de 50% do mercado de crédito consignado do País, além de realizar cinco milhões de descontos nas folhas de pagamentos de empresas públicas e privadas. Este ano, a empresa lançou o ZoomRH, um sistema de gestão de despesas de pessoal que oferece ferramentas para acompanhamento, auditoria e evolução do comportamento das despesas de folha de pagamento e auxilia o gestor no cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

26/09/2014 - 05:00

## Universidades atualizam conteúdo

Por **Tom Cardoso**

Os especialistas concordam: atualmente, um bom curso de ciências contábeis é aquele que está afinado, em todas as suas etapas, do material didático às aulas práticas, com as cada vez mais constantes mudanças estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela elaboração e harmonização das normas contábeis (ligado ao Conselho Federal de Contabilidade, o CFC) e que tem como objetivo principal alinhar o Brasil ao que há de melhor em práticas contábeis em nível internacional. Nas universidades, já existe uma grande busca por materiais e livros com conteúdos novos, o que explica a intensa renovação dos títulos nas bibliotecas e no treinamento dos docentes.

"Revisar os conteúdos programáticos das disciplinas de contabilidade já virou rotina dentro da nossa escola", afirma Adriano Mussa, coordenador da Saint Paul Escola de Negócios - praticamente todos os programas da instituição contêm disciplinas de contabilidade, variando a sua intensidade e profundidade de acordo com o objetivo de cada curso. Essas mudanças, segundo Mussa, continuam a todo vapor.

"Dada a estrutura normativa brasileira e as divisões de responsabilidade entre os diferentes órgãos como Banco Central, CVM, Susep, ANS, Anatel, ainda estamos em processo de mudança, principalmente em alguns segmentos como o das instituições financeiras, uma vez que o Banco Central vem incorporando, aos poucos, as novas normas contábeis", afirma.

Para Mussa, como esse processo de alteração ainda não terminou, outro grande desafio para a Saint Paul e outras instituições é conseguir indicar aos alunos os caminhos para que eles possam sempre se atualizar sobre o tema. "Dado o nosso foco em programas de pós-graduação, na maioria das vezes, os profissionais tiveram alguns conteúdos de contabilidade conforme as práticas anteriores estudadas nas graduações", afirma. "Nosso objetivo era apresentar e discutir as principais mudanças ocorridas na contabilidade até o momento de realização do curso, buscando atender as necessidades dos participantes de se atualizarem em relação às principais modificações", afirma Mussa.

O desafio da maioria das universidades é manter um corpo docente atualizado com as mudanças nas grades curriculares, que são ainda mais frequentes nos cursos de ciências contábeis. Segundo Mussa, na Saint Paul o processo de atualização de professores ocorreu de forma natural. "Temos muito enraizado em nossa cultura o pensamento de que, quando deixamos de aprender, não podemos mais ser professores", afirma.

O perfil, dos professores, a cultura e a estrutura da instituição, explica o coordenador, facilitam muito o processo de atualização dos docentes e a difusão do conhecimento. "Além disso, são profissionais com intensa atuação prática, em consultoria, por exemplo, o que os coloca em contato muito direto com as necessidades latentes das companhias e de seus colaboradores, obrigando-os a estar sempre atualizados".

A Saint Paul, explica Mussa, também conta com uma editora, que publica conteúdos atualizados, produzidos pelos próprios professores. "Publicamos um dos primeiros livros sobre o tema, no Brasil, intitulado Comentários à Lei 11.638/07", afirma o coordenador. "No fundo, somos grandes produtores de conteúdos,

em todos os formatos possíveis. E é claro que isso auxilia muito o processo de atualização dos professores e, conseqüentemente, dos alunos, formando um círculo virtuoso de conhecimento."

Cássia Diniz, coordenadora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Newton Paiva, universidade sediada em Belo Horizonte (MG), ressalta que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) já deixam claro que o currículo de "um curso está sempre em construção e deve ser compreendido como um processo contínuo que influencia positivamente a prática do professor e as exigências do mercado de trabalho", o que explica, segundo Cássia, a grande quantidade de professores na área contábil que não precisa passar por cursos de atualização - o próprio mercado impõe essa exigência.

"Não temos cursos de atualização, já que quase todos os nossos vinte professores trabalham na área, em diferentes funções do ramo contábil. Muitos deles são autores de livros sobre o tema", afirma Cássia.

Professor de ciências contábeis da Newton Paiva, José Rodrigues Gomes trabalhou por quase 30 anos (aposentou-se recentemente) numa multinacional do ramo de siderurgia e mineração. Segundo Gomes, mesmo antes da existência da Lei 11.638/07, que entrou em vigor em 2007 e padronizou normas e procedimentos de acordo com fundamentos internacionais, as empresas brasileiras já adotavam programas de contabilidade de padrão internacional - principalmente as multinacionais. "Era impossível, usando as nossas normas, comparar balanços das empresas daqui com as de fora", diz Gomes. "O jeito era estabelecer quase que um código paralelo com o que funcionava no Brasil. Com a Lei 11.638/07, isso vai mudar bastante. Já está mudando", afirma.

26/09/2014 - 05:00

## PMEs têm dificuldade para fazer adaptação

Por **Suzana Liskauskas**

No Brasil, as pequenas e médias empresas não são obrigadas a aplicar o IFRS completo. Para essas firmas, há uma regra própria, a resolução CFC nº 1.418/12, que aprova o Modelo Contábil para Microempresas e Empresas de Pequeno porte. Ainda assim, a prática da contabilidade como instrumento de gestão está longe de ser uma realidade nesse segmento.

As PMEs que adotam as regras buscam mais facilidade no relacionamento com investidores e o estreitamento com pares que atuam no exterior. Para elas, o balanço contábil é uma ferramenta de visibilidade, tornando-as mais atraentes, por exemplo, aos olhos dos administradores dos fundos de private equity.

O professor Eliseu Martins, um respeitado consultor na área de contabilidade, que integrou o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) durante a preparação do mercado para adoção das normas do IFRS, afirma que as pequenas e as médias empresas brasileiras enfrentam dificuldades para se adaptar às novas regras. Segundo ele, isso é um reflexo cultural.

"No Brasil, os escritórios de contabilidade passaram décadas dando atenção quase que somente à contabilidade tributária e agora enfrentam dificuldades na adaptação aos padrões internacionais. Os próprios empresários não foram ensinados pelos contadores a utilizar a boa contabilidade para fins de gestão", comenta.

Marcelo Gonçalves, sócio da KPMG, também considera que a baixa adesão de pequenas e médias empresas às novas normas é uma questão cultural. "Ainda que o CFC venha desenvolvendo um trabalho muito bom, com palestras e seminários para disseminar a importância dessas mudanças, existe uma quantidade expressiva de contadores que não se atualizaram. Houve também uma evolução na qualidade do ensino superior, mas ainda não é o suficiente", afirma.

Gonçalves alerta que a adoção das novas regras contábeis pelas empresas de menor porte não é mais uma escolha. "Cada vez mais temos um ambiente com menos espaço para informalidade. Quem ficar fora desse movimento vai perder vantagens competitivas e ter mais dificuldades na captação de recursos financeiros e na relação com clientes", diz.

Para John Auton, sócio da área de auditoria da Deloitte, as empresas interessadas em usar a contabilidade como instrumento de gestão são de médio porte, como faturamento anual acima de R\$ 20 milhões. Auton diz que a maioria delas nunca passou por um processo de auditoria, mas quer melhorar sua relação com o universo contábil, e o primeiro passo é adoção das regras internacionais.

26/09/2014 - 05:00

## Biblioteca

Por

### **IFRS e CPC - Como Implementar as Normas Internacionais de Contabilidade - 3ª Edição - Revista e Atualizada**

Autor: Ricardo Maciel Editora: Juruá Páginas: 328 Preço: R\$ 79,90



Escrito por Ricardo Maciel, profissional responsável por trabalhos de auditoria e consultoria em empresas nacionais e multinacionais, incluindo implementação de IFRS, este livro, em sua terceira versão atualizada, tem como objetivo orientar empresários, CFOs, contadores, advogados e universitários sobre as novas normas internacionais de contabilidade, que estão sendo amplamente aplicadas no mundo inteiro - no Brasil a partir da Lei 11.638/07. No estudo, são apresentados modelos de diagnóstico por assunto e mapeamento de diversas práticas contábeis, levando-se em conta as mudanças recentes.



### **Comentários à Lei nº 11.638/07**

Autor: Marcos Peters Editora: Saint Paul Páginas: 216 Preço: R\$ 69,90

Outro livro que traz uma apreciação geral das práticas de contabilidade tendo como ponto de partida as mudanças ocorridas a partir da Lei 11.638/07 (há um capítulo inteiro dedicado exclusivamente à lei). Escrito por Marcos Peters, professor pesquisador da Fundação Escola de Comércio Álvares

Penteado (Fecap), consultor empresarial na área de IFRS e doutor em contabilidade pela FEA/USP, a obra inclui o conceito de sociedades de grande porte e aponta caminhos para a convergência contábil brasileira ao padrão internacional denominado IFRS. aponta caminhos para a convergência contábil brasileira ao padrão internacional denominado IFRS. É indicado a estudantes de cursos de pós-graduação.

### **Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas**

Autores: Vários Editora: Elsevier Páginas: 512 Preço: R\$ 129



Escrito por diversos especialistas na área contábil e organizado pelos professores José Elias Feres de Almeida, Ricardo Lopes Cardoso, Adriano Rodrigues e Eduardo José Zanoteli, o livro tem como objetivo esclarecer as mudanças geradas - tendo como foco as pequenas e médias empresas - a partir da aplicação da norma internacional de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) para as PMEs.

Além de incluir diversos exercícios, exemplos práticos e estudos de casos exclusivamente voltados para a realidade brasileira, a obra apresenta de forma didática e objetiva o novo modelo contábil (o ITG 1.000) para as empresas de menor porte.

26/09/2014 - 05:00

## Adoção reduz o custo de capital e traz visibilidade

Por **Genilson Cezar**

O acesso a linhas de crédito internacionais, a geração de oportunidades de negócio e a redução do custo de capital são benefícios que podem estar sendo conquistados pelas empresas brasileiras com a adoção de gestão transparente, avaliam empresários, consultores, advogados tributaristas e auditores especializados. Desde 2010, quando o Brasil aderiu às normas internacionais de contabilidade da International Financial Reporting Standards (IFRS), várias corporações deram um salto de transparência e de visibilidade em seus balanços e demonstrações financeiras, e se tornaram mais atrativas ao investimento estrangeiro.

"Ao longo dos últimos anos, nossa companhia tem aumentado o número de investidores, não só internacionais como também nacionais, interessados em adquirir ações da empresa", conta, por exemplo, Gustavo Pimenta, vice-presidente financeiro e de relações com investidores do Grupo AES Brasil, que atua no setor elétrico nos negócios de distribuição e de geração e comercialização, atendendo 7,97 milhões de clientes em 142 municípios do Sul e Sudeste.

A implementação de melhores práticas na AES Brasil começou em 2008, informa Pimenta, e envolveu redesenhos de processos operacionais, métodos modernos de governança e equipes dedicadas a análises de resultados de forma detalhada. A empresa atende quase 20 milhões de consumidores e gera oito milhões de faturas por mês.

"É uma complexidade que precisa ser traduzida para o mercado numa linguagem que mostre que a companhia faz sentido do ponto de vista de risco", diz o executivo. "Quanto mais transparente a empresa se apresentar ao mercado, mais gente vai estar interessada em investir na companhia. E quanto mais investidores buscarem as ações da companhia, mais baixo será o custo de captação desse investimento, o que é fundamental para uma indústria como a AES."

"Com o IFRS, as corporações ganharam uma ferramenta de gestão fundamental para a governança, que facilita a alocação do dinheiro do mercado", constata Bruce Mescher, sócio-líder da área Global IFRS and Offering Services (GIS) da Deloitte, companhia global de consultoria.

Os impactos da IFRS têm sido altamente positivos, de acordo com estudos que a Deloitte vem realizando para acompanhar a adoção dos novos padrões nas empresas brasileiras, informa Mescher. Logo no primeiro ano de implementação do novo padrão, em 2011, segundo a Deloitte, 31% de 46 empresas de capital aberto, que tinham um faturamento total de R\$ 40 bilhões, consultadas, já utilizavam as IFRS e 37% delas já tinham cinco ou mais profissionais dedicados à função. O avanço dessas práticas nas corporações brasileiras é incontestável, segundo ele. "Hoje, as demonstrações contábeis refletem mais a imagem real da empresa e trazem confiabilidade ao mercado", afirma.